

TEOLOGIA MORAL HOJE

Moral Renovada para uma Catequese Renovada

Prof. Dr. Nilo Agostini¹

Texto publicado em CNBB (Org.). *Catequistas para a catequese com adultos*:
Processo formativo. 1 ed. São Paulo: Paulus, 2007, p. 45-62.

Em 1983, no dia 15 de abril, por ocasião da 21ª Assembléia Geral, a CNBB aprovou o documento *Catequese Renovada*². Buscando apontar para a catequese como uma prioridade, os Bispos do Brasil procuraram esboçar orientações e conteúdos para uma catequese renovada. Valorizaram o passado, tendo em conta a catequese como iniciação da fé e vida da comunidade (século I a V), como processo de imersão na cristandade (do século V ao XVI), como instrução e aprendizagem individual (a partir do século XVI) e como educação permanente para a comunhão e a participação na comunidade de fé (século XX).

Há pouco mais de 25 anos, o documento *Catequese Renovada* reconhecia existir características positivas, bem como identificava deficiências na catequese em nosso país³. Um intenso trabalho de animação e de aprofundamento tem sido empreendido desde então para reforçar os eixos básicos e preencher as lacunas.

Vale ressaltar que o Diretório Nacional e Catequese recentemente aprovado em Assembléia Geral pelos Bispos destaca que os adultos são os primeiros interlocutores da mensagem cristã. Deles dependem a formação das novas gerações⁴. A catequese com adultos foi recentemente incluída no foco das atenções⁵ com ampla reflexão e realização da Segunda Semana Brasileira de catequese.

No entanto, como teólogo da moral ou da ética cristã, tenho me perguntado se a *catequese renovada* soube incluir devidamente uma *moral renovada*, buscando o

¹ Nilo Agostini é frade franciscano (OFM), presbítero, doutor em Teologia pela Universidade de Ciências Humanas de Strasbourg, França, Professor de Teologia Moral e/ou Ética cristã. Publicou 11 livros e coordenou oito outras publicações. Dezenas de artigos seus estão publicados em revistas especializadas. Frei De 2004 a 2009, foi o Presidente da Conferência Internacional das Instituições Católicas de Teologia (CICT), que é um grupo setorial da Federação Internacional das Universidades Católicas (FIUC).

² CNBB – XXI Assembléia Geral, *Catequese Renovada: Orientações e conteúdo*, 2ª edição, São Paulo, Edições Paulinas, 1983.

³ Cf. *ibidem*, nº 25-26, p. 15-16.

⁴ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Diretório Nacional de Catequese. Brasília, Edições da CNBB, 2007 (Documento nº 1).

⁵ Cf. CNBB, *O itinerário da fé na “iniciação cristã de adultos”*, col. Estudos da CNBB nº 82, São Paulo, Paulus, 2001; IDEM, *Segunda Semana Brasileira de Catequese: Com adultos, catequese adulta*, col. Estudos da CNBB nº 84, São Paulo, Paulus, 2002.

aperfeiçoamento solicitado à Teologia Moral pelo Concílio Vaticano II. Nesta via, foram dados passos significativos em termos de uma formulação da moral renovada entre os teólogos moralistas; porém, isto nem sempre significou que o respectivo conteúdo renovado da moral ou da ética cristã tenha realmente chegado até os catequistas e perpassado os conteúdos utilizados.

1. O cuidado na renovação da Moral

Até o Concílio Vaticano II e em alguns ambientes depois também, predominou uma teologia moral de cunho marcadamente neo-escolástico, elaborada inicialmente no século XVIII e implantada no século XIX. Os manuais neo-escolásticos buscaram dar um princípio unitário à moral, tentando superar o desnorteamento próprio do período anterior, quando diversos “sistemas morais” buscavam traçar as linhas mestras da moral, com divergências significativas entre si.

Esses manuais neo-escolásticos primaram por indicar com clareza quais eram os valores de caráter universal e perene, enfatizando a importância dos atos e acentuando as normas morais, sendo o indivíduo o ponto de referência. Não faltaram, no entanto, exageros dos que acharam que nada mais mudaria em termos de moral, estando tudo determinado uma vez por todas, sem distinção de níveis; também exagerou-se no pessimismo em relação ao mundo, ao corpo e à sexualidade, vistos com desprezo e ocasiões próximas de pecado, caindo numa visão dualista que separava, por exemplo, corpo e alma; alimentou-se por demais o legalismo, o que fez da moral o campo quase exclusivo das normas para cada caso, caindo no “casuísmo”; e enfatizou-se o intimismo, numa moral do “coração”, de tipo privatista, sem a necessária ligação com a comunidade e com as questões sociais.

Por ocasião do Concílio Vaticano II, a tonalidade negativa que existia na moral, mais preocupada em traçar condenações aos erros morais da sociedade e do mundo, começou a ser superada pelo próprio Papa João XXIII. Este próprio declarou na abertura do Concílio que “os erros caem sozinhos ou caem em confronto com os valores cristãos apresentados de maneira positiva”⁶. O Concílio deixou alguns pedidos claros, solicitando “um cuidado especial ao aperfeiçoamento da Teologia Moral, cuja exposição científica, mais alimentada pela doutrina da Sagrada Escritura, evidencie a sublimidade da vocação dos fiéis em Cristo e sua obrigação de produzir frutos na caridade, para a vida do mundo”⁷.

Na verdade, o Concílio Vaticano II não elaborou um documento específico para a Teologia Moral. Deixou, no entanto, em praticamente todos os seus documentos, afirmações e abordagens de relevância para a moral cristã⁸. Destacam-se a Constituição Dogmática *Dei Verbum*, o Decreto *Optatum Totius*, a Declaração *Dignitatis Humanae*, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e, de modo especial, a Constituição Pastoral

⁶ KRÓLIKOWSKI, Janusz, *La centralità del mistero di Cristo nella Teologia Morale*, Roma, Pontificium Athenaeum Sancte Crucis, 1997, p. 23-24.

⁷ Decreto *Optatum Totius* n° 16, in VIER, Frederico (coord.), *Compêndio do Vaticano II: Constituições, decretos, declarações*. 22ª edição, Petrópolis, Editora Vozes, 1991, p. 521-522.

⁸ Cf. DELHAYE, Ph., Les points forts de la morale à Vatican II, *Studia Moralia* 24 (1986), p. 5-14.

Gaudium et Spes. Nos mais diversos documentos conciliares, foram deixados conteúdos ricos que contribuíram para o *aggiornamento* (atualização) da Teologia Moral. Após o Concílio, coube aos teólogos, em comunhão com o Magistério da Igreja, o trabalho de ir levando esta área da Teologia nos caminhos da renovação.

O Concílio Vaticano II desencadeou um processo de renovação da Teologia Moral, dando força ao movimento já presente antes mesmo de sua realização, mas que encontrava muita resistência no campo da Moral. Foram traçadas algumas linhas norteadoras no campo da Teologia Moral⁹, que podem ser assim sintetizadas:

- A Igreja presta atenção ao *tempo* e ao *espaço* em que nos encontramos situados, na consciência de sermos, como Igreja, um dom de Deus a serviço da humanidade¹⁰, fazendo da coordenada da *historicidade* uma referência importante; assim, a própria Teologia Moral busca situar-se no *tempo* e no *espaço* para ser um suporte adequado ao ser humano hoje, diante dos desafios e interrogações do momento presente. Ela realiza isto na escuta atenta dos apelos de Deus nos acontecimentos da história. Supera-se, assim, aquela visão que achava que, no campo da moral, tudo já estava estabelecido uma vez por todas, sem necessidade de renovação alguma. Há, com certeza, valores de caráter universal e perene, que marcam uma *continuidade* na Teologia Moral; há conjuntamente uma *renovação constante*¹¹, fruto de nossa atenção “ao evoluir das situações” para “responder adequadamente aos novos problemas e ao novo modo de os impostar”¹².
- A partir do Concílio, assume-se uma visão integradora do humano e do mundo, na qual o mundo é o lugar onde Deus manifesta o seu plano de amor, sendo Jesus Cristo a manifestação plena deste amor e da graça. Conjuntamente, supera-se o dualismo, com sua visão negativa e pessimista em relação ao ser humano, ao mundo, ao corpo e à sexualidade, que separou e opôs realidades como corpo e alma, espiritual e material, céu e terra, etc.
- O legalismo, no seu exagero, abre espaço para as categorias da Aliança, das Bem-aventuranças e, especialmente, do Reino de Deus. Nestas, Deus é aquele que convida e não o que obriga, Jesus Cristo é aquele que propõe e não o que impõe. Deixar-se cativar pelo convite de Deus, pela proposta de Jesus Cristo, na força do Espírito Santo, passa a ser o suporte de uma moral revestida dentro de um espírito evangélico.

⁹ Cf. AGOSTINI, Nilo, *Teologia Moral: O que você precisa viver e saber*, 10ª edição, Petrópolis, Editora Vozes, 2007, p. 90s.

¹⁰ O Papa Paulo VI chegou a afirmar que “toda a riqueza doutrinal (do Concílio Vaticano II) se dirige numa direção única: *servir o homem*”. Cf. PAULO VI, O valor religioso do Concílio, in KLOPPENBURG, Boaventura (org.), *Concílio Vaticano II*, vol. 1: Quarta sessão (setembro-dezembro de 1965), Petrópolis, Editora Vozes, 1966, p. 498.

¹¹ Veja-se o que João Paulo II segundo fala no tocante aos valores morais na Doutrina Social da Igreja. Cf. Cf. JOÃO PAULO II, *Carta encíclica ‘Sollicitudo Rei Socialis’*, n° 3, in . C. BOMBO (Org.), C. BOMBO (Org.), *Encíclicas e documentos sociais: do documento sinodal “A justiça no mundo” à “Centesimus Annus”, incluindo a “Pacem in Terris” – De João XXIII, Paulo VI, João Paulo II, Santa Sé e CNBB*, vol. 2, São Paulo, LTR, 1993, p. 386.

¹² Cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *A Doutrina Social da Igreja na formação sacerdotal*, col. “Documentos Pontifícios” n° 229, Petrópolis, Vozes, 1989, n° 11, p. 19.

- A moral que enfatizava por demais o “não pode”, “não deve” e o “medo” dá lugar a uma moral segundo a qual o cristão “pode” e “deve” participar dos projetos de Deus por um mundo novo, sendo estes – aqui e agora – o lugar e o tempo da graça de Deus para nós. Reconciliam-se o humano e o divino, sendo o cristão um parceiro de Deus que, criado à Sua imagem, é chamado ao “domínio” da criação, no cuidado, no respeito e na reta administração desta, sem deixar-se dominar por nenhuma espécie de “idolatria”.

Para sustentar a Teologia Moral no caminho acima, o Concílio Vaticano II e o trabalho feito após a sua realização estabeleceram alguns referenciais¹³. Vejamos os principais:

- A Sagrada Escritura é assumida como a alma de toda a Teologia¹⁴. Com isso, a Teologia Moral passa a se apoiar numa visão e exposição histórico-salvífica aprofundada.
- Jesus Cristo é o centro da Teologia Moral, constituindo-se na referência maior, cujo mistério orienta a vida moral em todas as suas dimensões¹⁵. Jesus Cristo, nova e eterna Aliança, encarna a proposta salvífica de Deus e a resposta perfeita e total do humano, pois Ele é a revelação plena do Pai e a realização plena do humano.
- Fé e moral se incluem. A partir do seguimento de Jesus Cristo, “recupera-se e repropõe-se o verdadeiro rosto da fé cristã, que não é simplesmente um conjunto de proposições a serem acolhidas e ratificadas com a mente. Trata-se, antes, de um conhecimento existencial de Cristo, uma memória viva dos seus mandamentos, uma *verdade a ser vivida*. Aliás, uma palavra só é verdadeiramente acolhida quando se traduz em atos, quando é posta em prática”¹⁶.
- Uma visão integral ou unitária do ser humano é fundamental para abrir o caminho e compreender melhor a grandeza do ser humano. Esta visão funda-se na Sagrada Escritura, que concebe o ser humano todo como uma unidade vivente¹⁷. Deus nos solicita por inteiro e não apenas parcialmente, assim como sua graça nos envolve por inteiro. O ser humano é chamado ao amor e ao dom de si na sua “unidade corpórea-espiritual”¹⁸. Por isso, no dizer do próprio Concílio Vaticano II, “não é lícito desprezar a vida corporal”, pois o ser humano

¹³ Cf. AGOSTINI, Nilo, *op. cit.*, p. 91s.

¹⁴ Cf. Constituição Dogmática *Dei Verbum*, n° 24, in VIER, Frederico (coord.), *Compêndio do Vaticano II: Constituições, decretos, declarações*. 22ª edição, Petrópolis, Editora Vozes, 1991, p. 137.

¹⁵ Cf. Constituição Dogmática *Dei Verbum*, n° 25, in VIER, Frederico (coord.), *op. cit.*, p. 138.

¹⁶ JOÃO PAULO II, *Carta encíclica Veritatis Splendor*, col. Documentos Pontifícios n° 255, Petrópolis, Editora Vozes, 1993, n° 88, p. 113-114.

¹⁷ Cf. RIBEIRO, Hércion, *Ensaio de antropologia cristã: Da imagem e semelhança com Deus*, Petrópolis, Editora Vozes, 1995, p. 71.

¹⁸ Cf. CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA, *Sexualidade humana: verdade e significado – Orientações educativas em família*, Petrópolis, Editora Vozes, 1996, n° 10.

é “verdadeiramente uno”¹⁹. Importante mesmo é integrar as dimensões corporais, psico-afetivas, sociais e espirituais.

- Instaure-se, assim, na Teologia Moral um clima propício ao crescimento porque nos sentimos cativados por Jesus Cristo, redescobrimo a maleabilidade do Amor e, conseqüentemente, a força da graça e da misericórdia como realidades maiores do que o pecado. Não se trata de dizer que agora as exigências são menores, antes “trata-se, mais radicalmente, de *aderir à própria pessoa de Cristo*, de compartilhar a sua vida e o seu destino, de participar da sua obediência livre e amorosa à vontade do Pai”²⁰.

Estes elementos foram amadurecendo e sendo elaborados na Teologia Moral no pós-Vaticano II. Vários dentre eles representavam uma redescoberta, pois haviam sido esquecidos ou não suficientemente enfatizados no decorrer da história. Vale igualmente lembrar aqui o que nos diz Tony Mfsud ao falar das últimas décadas:

“Nestas últimas décadas, a reflexão moral evoluiu do especulativo para o prático, do interesse pelo lícito para a responsabilidade da consciência num tempo de mudanças profundas, de uma ética centrada na perfeição do indivíduo para a formação de uma pessoa que se comprometa com a humanização da sociedade mediante ações concretas. Por sua vez, na elaboração da ética cristã, a Pessoa de Jesus Cristo constitui a pedra angular; a Sagrada Escritura, sua fonte e referência primordial; a caridade, seu princípio operativo; e o diálogo (ecumênico, interdisciplinar), seu método de enfrentar os novos problemas”²¹.

2. O grande “sim” de Deus à Vida!

Os desdobramentos acima levaram a Teologia Moral a assumir, em nossos dias, o anúncio do *Evangelho da Vida*, pois muitas são as ameaças à vida, diante das quais não podemos silenciar. Ressoa forte o grande “sim” de Deus à vida²². Como pessoas de fé, somos convidados a uma solicitude em favor da vida.

O Concílio Vaticano II já havia denunciado os múltiplos crimes, sobretudo quando está em questão a vida humana; deplorou “tudo quanto se opõe à vida, como seja toda a espécie de homicídio, genocídio, aborto, eutanásia e suicídio voluntário; tudo o que viola a integridade da pessoa humana, como as mutilações, os tormentos corporais e mentais e as tentativas para violentar as próprias consciências; tudo quanto ofende a dignidade da pessoa humana, como as condições de vida infra-humanas, as prisões arbitrárias, as deportações, a

¹⁹ CONCÍLIO VATICANO II, *Constituição pastoral “Gaudium et Spes”*, nº 14., em VIER, Raimundo (coord.), *Compêndio do Vaticano II: Constituições, Decretos, Declarações*, 22ª edição, Petrópolis, Editora Vozes, 1991, p. 156.

²⁰ JOÃO PAULO II, *op. cit.*, nº 19, p. 31.

²¹ MIFSUD, Tony, MIFSUD, Tony, *Moral Fundamental. El discernimiento cristiano*, vol. 1, CELAM, Bogotá, 2002, p. 106.

²² Cf. AGOSTINI, Nilo, *Introdução à Teologia Moral: O grande sim de Deus à vida*, 2ª edição, Petrópolis, Editora Vozes, 2005.

escravidão, a prostituição, o comércio de mulheres e jovens; e também as condições degradantes de trabalho...”²³.

Diante do panorama inquietante de nossos dias, no qual aumentam as formas de atentados à dignidade do ser humano, estamos conscientes da necessidade de cultivar e defender a vida. Ressoam fortes ainda as palavras de João Paulo II: “Em profunda comunhão com cada irmão e irmã na fé e animado por sincera amizade para com todos, quero *mediar e anunciar o Evangelho da vida...* para enfrentar os desafios sempre novos que encontramos no nosso caminho”²⁴.

Quais são, então, os passos de uma Teologia Moral que capte em nossos dias o “sim” de Deus à vida e nos engaje como “povo da vida”? Vejamos sucintamente o esquema que segue:

a) A experiência de fé

A fé é a substância primeira da moral; ela possibilita a vida e desdobra-se numa prática. Já no Antigo Testamento, a fé é a que move Abraão a colocar-se a caminho e, assim, fazer a grande experiência da co-itinerância de Deus e com Deus. Isto implica estar sempre a caminho, seguir adiante, perseverar, dispor-se a buscar a terra da promessa. Desdobra-se na consciência de “caminhar na presença de Deus” (Gn 17,1), de ser povo escolhido e liberto por Deus, bem como da necessidade de corresponder com este Deus na disposição de realizar a sua palavra (cf. Ex 24,3).

Fica claro já no Antigo Testamento que Deus não nos pede o impossível. Ele nos chama segundo as nossas possibilidades. “Na verdade, esta Lei que hoje te imponho não te é difícil nem está fora de teu alcance” (Dt 30,11). “A relação vétero-testamentária com Deus supõe um homem que pode dizer sim a Deus e agir conseqüentemente”²⁵.

No Novo Testamento, o ponto central da fé é a revelação de Deus em Jesus Cristo. Sua pregação, com o anúncio do Reino de Deus, é traduzida em palavras e ações, anunciando a salvação ao mundo inteiro. Sua ressurreição e a efusão do Espírito Santo anunciam que chegou, com Cristo, a plenitude dos tempos.

O encontro com Cristo, na nova e definitiva aliança, dá início a uma nova história da responsabilidade humana; Jesus é o fundamento e o limite (escatológico) da ética; edifica a comunidade/Igreja. Fica claro que “a fé possui... um conteúdo moral: dá origem e exige um compromisso coerente de vida... Através da vida moral, a fé torna-se ‘confissão’ não só perante Deus, mas também diante dos homens: faz-se *testemunho*”²⁶. “Fé sem obras é morta” (Tg 2,17).

²³ Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, n° 27, in VIER, Frederico (coord.), *op. cit.*, p. 171. Nós seguimos a citação e tradução que se encontram em JOÃO PAULO II, *Carta encíclica Evangelium Vitae*, col. Documentos Pontifícios n° 264, Petrópolis, Editora Vozes, 1995, n° 3, p. 6.

²⁴ JOÃO PAULO II, *Carta encíclica Evangelium Vitae*, *op. cit.*, n° 6, p. 9.

²⁵ WESTERMANN, Claus, *Théologie de l'Ancien Testament*, Genève, Éditions Labor et Fides, 1985, p. 33.

²⁶ JOÃO PAULO II, *Carta encíclica Veritatis Splendor*, *op. cit.*, n° 89, p. 114.

b) O convite de Deus: o Antigo Testamento

Para a Teologia Moral, impulsionada pelo Concílio Vaticano II, *Deus é aquele que convida* e não o que obriga. Já no Antigo Testamento soa forte o convite de Deus que nos chama à Vida. E pelo fato de termos sido criados à Sua imagem e semelhança, Deus nos quis seus colaboradores prediletos no cuidado da Vida. Está incluída toda a criação, da qual Deus é fonte de vida. Um grande SIM de Deus à VIDA perpassa as páginas bíblicas, como experiência do “povo eleito”, que toma consciência deste chamado progressivamente, entre acertos e desacertos.

Ressoa forte o convite ao Povo eleito: “Escolhe a vida para que vivas com tua descendência. Pois isto significa vida para ti e tua permanência estável sobre a terra...” (Dt 30,19b.20b). O fato de ter sido liberto do Egito (cf. Ex 20,2) funda o momento ético, pois significa que cabe, a partir de então, viver conseqüentemente. Cabe ao povo responder: “Faremos tudo o que o Senhor nos disse” (Ex 24,3). A partir disso, três elementos se entrelaçam enquanto povo eleito: “*Ouvir* a voz do Senhor; colocar em *prática* os seus mandamentos; a *bênção* do povo, se assim proceder”²⁷.

c) A proposta de Jesus Cristo

Para uma Moral Renovada e conseqüentemente uma Catequese Renovada, enraizada no Concílio Vaticano II, *Jesus Cristo é aquele que propõe* e não o que impõe. Supera-se uma moral do medo; nasce uma moral do seguimento de Cristo, cativados pela sua Boa Nova, seu Evangelho. Ele atrai enquanto pastor que guia e alimenta as ovelhas (cf. Jo 10,11-16), enquanto é a luz do mundo, a luz da vida (cf. Jo 8,12), o caminho, a verdade e a vida (cf. Jo 14,6), enquanto soa forte a ‘boa notícia’ de uma vida nova no mundo (cf. Jo 3,5-8; Rm 8,1-13). A Teologia Moral tem, portanto, uma apresentação positiva; os valores cristãos são oferecidos como ‘boa-nova’, cativando as pessoas e suscitando nelas uma resposta generosa e um empenho perseverante. Estamos diante de Jesus que disse: “Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10).

“*Seguir Cristo é o fundamento essencial e original da moral cristã*: como o povo de Israel seguia Deus que o conduzia no deserto rumo à Terra Prometida (cf. Ex 13,21), assim o discípulo deve seguir Jesus, para o Qual é atraído pelo próprio Pai (cf. Jo 6,44)”²⁸.

Com Jesus Cristo, “completou-se o tempo e o Reino de Deus está próximo, convertei-vos e crede no Evangelho” (Mc 1,15). A partir das palavras e dos feitos de Jesus, depreendem-se verdadeiras *forças éticas* que se encarnam no cotidiano da vida das comunidades e das pessoas. A vida moral é uma retomada contínua do evento Cristo, buscando atualizá-lo, tornando vida concreta. É assim que faz continuamente São Paulo em suas cartas; é assim que a teologia joanina procede ao falar do amor fraterno a ser vivido nas comunidades cristãs.

²⁷ AGOSTINI, Nilo, *op. cit.*, p. 40.

²⁸ JOÃO PAULO II, *Carta encíclica Veritatis Splendor*, *op. cit.*, n° 19, p. 31.

Com Jesus, supera-se a moral do “não” e passa-se para a moral do “sim”. O sim do amor a Deus e do amor ao próximo (cf. Mt 22, 36-38), o sim das “bem-aventuranças (cf. Mt 5,3-11), o sim da parábola do juízo final (Mt 25,31-46), o sim da vida em abundância ou em plenitude (Jo 10,10), o “sim” do Reino de Deus.

“Nós sabemos que fomos transferidos da morte para a vida, porque amamos nossos irmãos” (1Jo 3,14). “Todos hão de conhecer que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros” (Jo 13,35).

Agora, a adesão a Jesus Cristo e a pertença à Igreja passam a ser verdadeiras quando autenticadas por uma conduta, unindo fé e vida²⁹, sendo um *dom* de Deus à *serviço* da humanidade. Daí a importância da catequese acentuar aos catequizandos e famílias a coerência entre fé e vida e a fortaleza para acolher as mudanças que são necessárias na caminhada da sociedade e na vida pessoal, com suas profundas exigências éticas e moras.

d) A força do Espírito Santo

Com o Concílio Vaticano II, a Teologia Moral aprofundou inicialmente a fundamentação cristológica e antropológica. Porém, faltava-lhe uma fundamentação que fosse também pneumatologia, ligando-a ao Espírito Santo³⁰. A própria *Gaudium et Spes* já tinha acenado para essa dimensão ao falar do ser humano na visão cristã³¹. Portanto, o Espírito Santo é igualmente fundamento da Teologia Moral; atinge o ser humano integralmente.

A encíclica *Dominum et Vivificantem*, de 18 de maio de 1986, de João Paulo II³², é um texto de referência para este trabalho. O Espírito Santo é “Senhor e dá a vida”³³, acompanha a vida da Igreja e de cada cristão, comunica Deus uno e trino, expressa o Amor, faz-se dom, derramando-o em toda a criação e dotando todo batizado de uma graça contínua e santificante. “Este agir do Espírito não substitui o agir de Cristo, mas confere-lhe relevância universal”³⁴.

A força do Espírito Santo é força de Deus agindo na vida de cada cristão e da comunidade. Assim foi sentido já na comunidade primitiva, onde se manifesta nos muitos

²⁹ Cf. AGOSTINI, Nilo, *Ética cristã e desafios atuais*, Petrópolis, Editora Vozes, 2002, p. 70.

³⁰ O Papa Paulo VI chegou a acenar para o seguinte: “À cristologia, e especialmente à eclesiologia do Concílio, deve seguir-se um estudo renovado e um culto renovado do Espírito Santo, precisamente como complemento indispensável do ensino conciliar”. PAULO VI, Audiência Geral de 6 de junho de 1973, *Insegnamenti di Paolo VI*, XI (1973), p. 477.

³¹ Esta impostação aparece na *Gaudium et Spes* de um modo ainda muito limitado e introdutório, permanecendo o acento cristocêntrico. Cf. Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, n° 22, 32, 37-39, in VIER, Frederico (coord.), *Compêndio do Vaticano II: Constituições, decretos, declarações*, 22ª edição, Petrópolis, Editora Vozes, 1991, p. 164-166, 175-176, 180-183.

³² Junto com as encíclicas *Redemptor Hominis* e *Dives in Misericordia*, a *Dominum et Vivificantem* completa o “projeto trinitário” do Papa João Paulo II.

³³ JOÃO PAULO II, *Carta encíclica Dominum et Vivificantem*, 6ª edição, São Paulo, Edições Paulinas, 2000, n° 1, p. 5.

³⁴ MOLTSMANN, Jürgen, *O Espírito da Vida: Uma pneumatologia integral*, Petrópolis, Editora Vozes, 1999, p. 10.

carismas e atua gerando forças, palavras e ações. Os cristãos sentem o Espírito Santo como realidade contínua, sempre presente. Nada é mais realizado fora da ação do Espírito. Na verdade, o Espírito Santo nos incorpora a Cristo e nos faz participar de sua missão³⁵, pois no “mistério da Encarnação, a obra do Espírito, ‘que dá a vida’, atinge o seu vértice”³⁶.

A presença viva e ativa do Espírito Santo gera no cristão o vigor da prática, sendo no mundo testemunha deste que é o “autor da vida” (At 3,15). Assim, o cristão vive na *força de Deus*, alimenta-se no *vigor do Espírito*, transborda todo em *misericórdia*, porque sente-se impelido a *viver o amor*. Unifica o *ser cristão* pelas *virtudes teológicas* (fé, esperança e caridade), levando-o a cultivar as *virtudes morais* (prudência, justiça, fortaleza e temperança). Seu ser não fica dividido; todas as suas forças ficam dispostas numa unidade, em todas as dimensões, associando-o ao combate de Deus contra as forças do mal (cf. Ef 6,10-12). Assim, o cristão apresenta-se inteiro, assumindo a causa do Reino de Deus e participando ativamente da libertação de todos os jugos que sufocam a vida, espezinham a dignidade humana e desnaturam a criação.

e) *A pessoa, a família, a comunidade, a sociedade, a natureza*

Uma concepção moral consistente e reta depende muito de uma concepção antropológica integral que valorize a vida humana e inclua o cuidado da criação, a natureza toda. Para que haja uma abordagem séria da moral cristã, requer-se uma visão de pessoa humana fundada numa unidade de fundo, advinda de uma *antropologia integral* do humano, ou seja, “uma visão do homem-pessoa na globalidade e unidade de componentes, aspectos, dimensões, valores, exigências”³⁷.

Nesta visão integral, aqui assinalada, a *ética* tem um lugar igualmente especial. Ela “não é um elemento marginal e extrinsecamente justaposto à pessoa humana. Constitui, antes, um elemento essencial e estrutural de seu mesmo ser (...) e que é chamado a realizá-lo pela e mediante a sua ‘liberdade responsável’”³⁸.

Assumido de maneira *integral* e enquanto um *ser ético* por excelência, o ser humano age livre e responsabilmente. Sente ser um imperativo assumir a vida humana, em cada pessoa, no seu valor *incomparável, inviolável e inalienável*³⁹, buscando sempre o seu “bem verdadeiro e integral”; assim, ela não é apenas um “material biológico”, por exemplo, ou qualquer outro aspecto ou dimensão quando separado dos demais, mesmo que seja o espiritual.

³⁵ Cf. LÉONARD, André, *Le fondement de la morale: Essai d'éthique philosophique générale*, Paris, Les Éditions du Cerf, 1991, p. 361.

³⁶ JOÃO PAULO II, *op. cit.*, n° 52, p. 86-87.

³⁷ TETTAMANZI, Dionigi, *Bioetica. Nuove frontiere per l'uomo*, IIª edizione riveduta e ampliata, Casale Monferrato, PIEMME, 1990, p. 6.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ Cf. JOÃO PAULO II, *Carta encíclica Evangelium Vitae*, *op. cit.*, n° 5; cf. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DA FÉ, *Sobre o respeito humano à vida humana nascente e a dignidade da procriação – Instrução Donum Vitae*, col. Documentos Pontifícios n° 213, Petrópolis, Editora Vozes, 1987, n° 2.

Essa necessária visão integral faz com que valorizemos os desdobramentos que se dão em diversos âmbitos. Esta base integral da pessoa humana, incluída a ética, tem necessariamente desdobramentos na família, na comunidade, na sociedade e no cuidado da natureza toda, a criação. É o que vemos a seguir.

A *família* é o primeiro desdobramento da visão integral; como “um dos bens mais preciosos da humanidade”⁴⁰, ela possibilita ao ser humano expandir-se no seu *modo próprio de ser*, descobrindo-se na sua essência mesma um ser *relacional, próximo, capaz de comunhão*. Desdobra, assim, as potencialidades inerentes à sua humanidade; sente-se impelido aos outros, “não sendo bom que ele esteja só” (cf. Gn 2,18). A família é o ambiente propício para que o ser humano, desde os seus primeiros dias, desdobre o que está no seu *ethos*, na sua identidade ou raiz mais profunda, tecendo as relações básicas da vida, ou seja, a relação consigo mesmo, com os outros, com a criação (natureza toda) e com a transcendência. Nós sabemos que “é na família que as crianças recebem dos pais os princípios básicos à volta dos quais se vai organizando a sua personalidade. No exemplo que recebem dos seus pais, as crianças modelam a própria atitude perante a vida e as suas exigências. Nas suas relações de irmãos e irmãs são iniciados do melhor modo possível na vida social”⁴¹.

O Diretório Nacional e Catequese acentua a família como igreja doméstica e berço de vida é fé. Destaca que “os valores adquiridos, como união, espiritualidade, respeito, justiça, afeição aos pais, fecundam e abrem o coração para os caminhos da fé. A formação recebida em casa tem influência forte na maturidade da fé na vida dos adultos”⁴².

O segundo desdobramento é a *comunidade*. O nosso *ser no mundo* está sempre ligado ao outro; temos necessidade uns dos outros não só na família, mas também na comunidade. A comunidade é onde partilhamos a realidade da vida cotidiana com os outros. Fazemo-lo numa relação nominal, face-a-face, típico da interação social direta. Esta presença dos outros na vida de uma pessoa não a tolhe, não a limita; antes, é possibilidade de crescer e expandir-se. “A pessoa só existe voltada para o outro, ela só se conhece por meio do outro, ela só se encontra no outro”⁴³. A comunidade não dilui a pessoa, não a elimina; antes, a qualifica, a protege e garante o seu reconhecimento e o respeito de sua dignidade.

Uma visão integral da pessoa humana valoriza a *sociedade*. “A pessoa humana é um ser social por sua natureza (...). O homem não se basta a si mesmo, mas tem necessidade

⁴⁰ JOÃO PAULO II, *Exortação apostólica Familiaris Consortio*, 17ª edição, São Paulo, Edições Paulinas, 2003, n° 1, p. 3.

⁴¹ CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA, Congresso teológico-pastoral: *A Familiaris Consortio* no seu XX aniversário – Dimensão antropológica e pastoral, *SEDOC* 34 (2002), p. 628.

⁴² Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Diretório Nacional de Catequese. Edições da CNBB. Documento n° 1, Página 46.

⁴³ MOUNIER, Emmanuel, *L'engagement de la foi – Textes choisis*, Paris, Éditions du Seuil, 1968, p. 44-45; IDEM, *O Personalismo*, Livraria Martins Fontes, s/d, p. 76s; cf. IDEM, *Humanisme integral*, Paris, Éditions Mouton, 1968.

dos outros e da sociedade”⁴⁴. Valoriza-se, portanto, a “natureza intrinsecamente social” do ser humano⁴⁵. A pessoa humana desenvolve plenamente a sua condição social à medida que se integra na sociedade e nela participa. A Doutrina Social da Igreja (DSI) tem contribuído na explicitação dos valores de uma vivência social⁴⁶. Buscando garantir o *desenvolvimento integral* do ser humano, a DSI aponta para a *dignidade da pessoa humana* como o princípio fundamental; segue-se a busca do bem comum, o destino universal dos bens, a solidariedade e a subsidiariedade (respeito do papel de cada um na sociedade). Isso se realiza com desenvolvimento social e com justiça, sendo a caridade ou o amor o fundamento de tudo. Aí, sim, colheremos paz.

O *cuidado da natureza ou da criação* é outro desdobramento da visão integral do humano que não pode faltar. Cresce, em nossos dias, a “consciência dos limites dos recursos disponíveis e da necessidade de respeitar a integridade e os ritmos da natureza”⁴⁷. Por um lado, nós podemos interferir na natureza de maneira destrutiva, danificando-a de forma irreversível. Por outro lado, nós podemos nos sentir parte da criação, sabendo cuidar desta casa de todos os seres vivos e não vivos. Faz-se necessário uma co-responsabilidade ante a natureza⁴⁸, que se traduza, na prática, em termos de integração, cooperação, troca, simbiose e numa postura ética nos seguintes patamares: engajamento em favor de todo ser vivente e com ele dividir o nosso planeta, ser responsável pelas gerações futuras e abraçar o universo criado sentindo-nos parte dele, unindo Deus, ser humano e natureza.

f) A consciência moral

Os pontos acima desembocam num grande desafio de nossos dias, ou seja, a *consciência moral*. Cabe aqui levar a pessoa a perfazer um itinerário de fé, devidamente situada no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, é desafiador assumir as responsabilidades que lhe são próprias, tendo em conta que o ser humano constitui-se ao mesmo tempo num *ser pessoal* e num *ser social*, não esquecendo da dimensão *psico-afetiva* e da *espiritual*. O cultivo da uma consciência que busca o bem (reta) e a verdade (verídica) leva o cristão “rumo à maturidade em Cristo”, capaz de “um olhar evangélico, crítico, cheio de misericórdia e esperança”, inclusive face ao nosso “povo sofrido, que clama por libertação”⁴⁹. Além disso, tocar o tema da consciência é apontar para um “mais” na vida e em Deus, o que impele o ser humano ao crescimento, a experiências profundas e comunitárias, abrindo-o à graça de Deus que opera em sua vida.

⁴⁴ CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, *A Doutrina Social da Igreja na formação sacerdotal*, col. Documentos Pontifícios n° 229, Petrópolis, Editora Vozes, 1989, n° 34, p. 49.

⁴⁵ Cf. JOÃO XXIII, *Carta encíclica Mater et Magistra*, 9ª edição, col. Documentos Pontifícios n° 135, Petrópolis, Editora Vozes, 1984, n° 57, p. 20.

⁴⁶ Cf. PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”, *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, São Paulo, Edições Paulinas, 2005.

⁴⁷ JOÃO PAULO II, *Carta encíclica Sollicitudo Rei Socialis*, col. Documentos Pontifícios n° 218, Petrópolis, Editora Vozes, 1988, n° 26, p. 44.

⁴⁸ Cf. AGOSTINI, Nilo, *A crise ecológica: O ser humano em questão – Atualidade da proposta franciscana*, in SILVA MOREIRA, Alberto da (Org.), *Herança franciscana*, Petrópolis; Editora Vozes, 1996, p. 235.

⁴⁹ CNBB, *Com adultos, catequese adulta*, col. “Estudos da CNBB” n° 80, São Paulo, Ed. Paulus, 2000, p. 32.

Há muitos fatores que incidem na vida das pessoas e que marcam a sua consciência tais como os *condicionamentos*⁵⁰. Entre eles, enumeramos os condicionamentos genéticos, biológicos, familiares e educacionais, ambientais, sóciopolíticos e econômicos; marcam a nossa vida, geralmente sem os ter escolhido. No entanto, devemos ter todo cuidado quando entram em cena as tentativas de *manipulação*; estas costumam ser ações planejadas, usando as pessoas ou a comunidade como simples objeto; podem se dar nas ações sobre a natureza, do ser humano sobre o seu semelhante e traz conseqüências como a redução do ser humano, a ocultação da verdade, a ausência de liberdade; costumam incutir visões ideológicas que “cegam” as pessoas e distorcem a realidade.

A Igreja sabe que, na sua obra catequética e evangelizadora, ela “põe-se sempre e só a *serviço da consciência*”⁵¹, auxiliando-a no discernimento, a fim de que possa emitir juízos retos (segundo o bem) e verídicos (segundo a verdade). Assim, a consciência procederá o discernimento de maneira crítica e prudente, superando deslizes, desvios e bloqueios que podem comprometer o exercício da responsabilidade na liberdade. Por isso, a consciência constitui-se num “lugar hermenêutico privilegiado em que se revela o projeto de Deus com o homem, sacrário mais íntimo do indivíduo, seu centro mais oculto, do qual brotam todas as decisões morais”⁵². Para isso, não se pode dispensar uma educação da consciência. “A consciência moral deve ser educada e o juízo moral esclarecido”⁵³. “A educação da consciência é uma tarefa de toda a vida”⁵⁴. “Uma consciência bem formada é reta e verídica”⁵⁵.

⁵⁰ Cf. AGOSTNI, Nilo, *Introdução à Teologia Moral: O grande sim de Deus à vida*, 2ª edição, Petrópolis, Editora Vozes, 2005, p. 130-133.

⁵¹ JOÃO PAULO II, *Carta encíclica Veritatis Splendor*, *op. cit.*, n° 64, p. 83.

⁵² DEMMER, Klaus, *Introdução à Teologia Moral*, São Paulo, Edições Loyola, 1999, p. 30.

⁵³ Catecismo da Igreja Católica, n° 1783.

⁵⁴ *Ibidem*, n° 1784.

⁵⁵ *Ibidem*, n° 1783.